



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº03/2017

----- Aos dez dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o Período Antes da Ordem do Dia a Senhora Presidente da Câmara apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Feliciano Júnior (Anexo A).-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Fez a seguinte intervenção que se transcreve:-----

----- “António Feliciano para uns, Feliciano para outros e ainda para os seus alunos mais antigos “Tó Fan”. Permitam-me que faça uma pequena apanha biográfica deste homem, nascido em 1924, no dia 23 de fevereiro. Tem um percurso de vida em que a prática e os exercícios foram escola de aprendizagem, onde o saber fazer se destacou. Jovem foi mestre de caligrafia. Depois já com o diploma de grafias lecionou essa disciplina, datilografia, estenografia, desenho, trabalhos manuais, na velha escola comercial a convite do Senhor Diretor Drº Augusto César da Silva Ferreira. Também no ensino à distância, na Telescola além dessas, teve a cargo a disciplina de Educação Moral e Religião Católica. Deixou-me marcada a sua atividade docente no Colégio Luís de Camões e na Escola Secundária de Rio Maior, como Professor Coordenador dos Cursos Profissionais e Técnico Profissionais onde fundaria o museu de mecanografia e também na Escola Secundária da Azambuja onde fez a sua profissionalização e a cuja Direção presidiu. Foram a sua paixão a fotografia, assumindo-a também como profissão, pois há época não havia quem tirasse fotos tipo

passee, fotografias de festas casamentos, batizados e eventos que ocorriam na cidade. Tal se impregnou esse gosto que a qualidade das fotos o levaram a vários salões nacionais e internacionais com prêmios obtidos em Espanha, Alemanha e Angola. Tendo num dos salões como júri, José Régio e Manuel de Oliveira que lhe atribuíram o primeiro prémio. Em Rio Maior, fundou o Clube de Cineteatro de Rio Maior realizando filmes experimentais, documentais, e até as “Pupilas do Senhor Reitor” em que foi ator. Igualmente no teatro com a série Zé Pereira representando peças de bons autores, recitais carnavalescos e operetas.-----

----- No associativismo desenvolveu uma relação de afeto que ainda hoje perdura. Fundador da Associação Cultural do Concelho de Rio Maior, acompanhou nas buscas de memórias e registos patrimoniais do Concelho e organizou o primeiro Congresso Nacional de Colecionismo. Participou em vários colóquios e foi eleito rei do colecionismo na Covilhã. Realizou e organizou exposições temáticas de inquestionável valor cultural e científico. Foi “Senhor” de um rico espólio a merecer lugar digno com tratamento próprio disponível às mais diversas áreas, desde o lúdico ao recreativo e cultural. -----

----- A Câmara Municipal está a preparar a inauguração da galeria “António Feliciano Júnior” onde será exposta a sua imensa coleção medalhística que conta á volta de duas mil peças. Esta estava prevista para ser inaugurada aquando do seu aniversário a vinte e três de fevereiro dentro de dias por altura do seu nonagésimo terceiro aniversário. Foi ainda fundador da Conferência de Santo António - Sociedade de São Vicente de Paulo e membro da Associação dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e mesário da Santa Casa da Misericórdia. Presidente da Assembleia do Futebol Club dos Mineiros e da Comissão para a Construção da Igreja Nova. Integrou o Coral e Orquestra Folclórica mais tarde Coral e Orquestra Típica de Rio Maior. Foi voz coralista da Santa Casa e da Igreja Paroquial. O seu jeito para o desenho fizeram dele autodidata em projetos de construção civil moradias, prédios e pavilhões para serviço agrícola.-----

----- Como jornalista de olhar atento e fina pena, criou e manteve até à data o particular bilhete postal no Jornal Região de Rio Maior que dirigiu. Foi ainda fundador do Jornal “O Riomaioense”. A sensibilidade de António Feliciano Júnior tem sido reconhecida por todos como bem viva, transmitindo amizade e respeito. “Senhor” de memórias e narrativas, Rio Maior deve perpetuar o seu nome, não só através da galeria mas ainda com a atribuição que lhe foi feita na Reunião da Comissão de Toponímia, em quinze de junho de dois mil e quinze, onde foi aprovado e atribuído o seu nome a uma rua na atual urbanização “Espaço Verde” junto ao “Gato Preto”.-----

----- Ainda e não querendo ser demasiado extensa, mas penso que para todos, Rio

Maior merece que seja ainda feita mais uma referência a alguns autarcas que passaram por esta casa, pois na altura do seu sexagésimo aniversário foi feita uma homenagem ao Senhor Feliciano na qual participaram, e onde foi feito e editado um opusculo que continha o testemunho de várias pessoas há altura pertencentes às forças vivas da nossa cidade. Gostaria de passar a ler-vos o testemunho de alguns ex-Presidentes de Câmara, nomeadamente o Doutor Calado da Maia que diz o seguinte: "Ilustre Riomaioense e sempre presente e atuante em todas as manifestações públicas, numa doação sem limites ao serviço de todos sem esperar recompensa de ninguém"; Alberto Santos Goucha: "Na arte de bem vestir a Alfaiataria Riomaioense como artesão, mestre e estilista"; José Pulquério: "O António Feliciano dedicou ao teatro em Rio Maior uma parcela importante da sua criatividade desde vinte e quatro de fevereiro de mil novecentos e quarenta e um, com dezoito anos apenas"; Júlio Carreira: "O teu lema foi sempre de presença ativa nas mais variadas iniciativas artísticas, culturais, religiosas, de solidariedade social e até nas Associações da nossa terra"; Dr^a Georgete Goucha: "Considero o António Feliciano com o seu dinamismo e múltiplas atividades que, desde a sua juventude marcou toda a atividade cultural de Rio Maior num homem invulgar que é imprescindível em qualquer comunidade"; Silvino Sequeira: "Tive o privilégio de conhecer António Feliciano como professor e especialmente como colega. Ao longo da sua carreira protagonizou o que deve ser um autêntico mestre e há tão poucos hoje em dia. Felizmente Rio Maior tem entre os seus filhos um deles, António Feliciano". Bem haja". -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Fez a seguinte intervenção:-----

----- " Trata-se de um momento muito difícil que estamos a passar porque este inverno tem sido muito carregado na perda de amigos. Eu sobre o mestre António Feliciano e em nome da CDU desejo à família enlutada coragem neste momento difícil e destaco o orgulho no pai, no marido e no avô que tiveram. Dizer que eu sou um sortudo porque a vida tem-me colocado no caminho homens e mulheres da dimensão do Senhor António Feliciano. Eu tive a felicidade ainda muito jovem de ter ido substituir o Senhor António Feliciano no colégio do Dr. Augusto Branco. O meu projeto de sociedade, que é uma sociedade sem classes, o meu projeto revolucionário comunista tem uma palavra que eu não posso nunca esquecer, a gratidão, pois se estou em Rio Maior e se vivo em Rio Maior e se sou o que sou, uma parte significativa devo ao Senhor António Feliciano e eu, por mais que possa fazer nunca pagarei a gratidão que aprendi com ele como Professor de trabalhos manuais, depois como professor de desenho e depois como professor de geometria descritiva. A propósito recordo um outro ilustre

Riomaioense muitas vezes esquecido que é o Senhor Dr. Augusto Pedro Branco quando verificou que havia um jovem que ia fazer dezoito anos e que vinha com o segundo ano do Instituto Industrial de Luanda, do Curso de Eletrotecnia de Máquinas, e porque na minha casa era preciso dar de comer a muitas pessoas, aceitou que eu na fase de transição pudesse ser acompanhado pelo Senhor António Feliciano. Dizervos que é um privilégio a vida colocar-nos estas pessoas na nossa frente. Ele foi um homem multifacetado, polivalente mas tinha uma coisa que a Senhora Vereadora em relance falou, que era o facto de ele aprender fazendo e ensinava fazendo. Também na primeira profissão que teve, alfaiate, ensinou-o a cerzir tudo com a própria linha. Isto é, ele conseguia, na sala de aulas, na sala dos professores e na sociedade manter quase que uma atitude permanente de “cerzir” amizades.-----

----- Para mim destaco, para além do dirigente associativo, para além do cineasta, para além de promotor do desenvolvimento social, cultural e desportivo da nossa cidade e do nosso concelho, no último século, o mestre António Feliciano, o “Tó Fan” tinha características específicas como parecer que tinha no olhar, permanentemente um lápis de grafite, uma nota de apontamentos e uma máquina de fotografar. Penso que Rio Maior, tem uma dívida de gratidão permanente para com este homem. Ele era um colecionador de amizades, um homem de um olhar terno, minucioso e rigoroso e que buscava em cada momento a política dos pormenores, isto é, ele encontrava a sua realização pessoal no bem estar dos outros. Era um homem profundamente religioso, um homem que acreditava profundamente no ser humano. Ele achava que não havia “meninos maus”, aliás, nas aulas dele todos trabalhavam.-----

----- A organização interna do espaço escola, a profissionalização que fez na Azambuja e tudo o que nós lhe devemos, devia pelo menos, na minha opinião, e na discussão coletiva que tivemos, para além da preservação do património que eu acho que é uma evidência, chegar ainda muito mais longe na preservação do seu património. É um homem com cerca de cem anos de história, carregado de documentos que a Câmara, com a família deviam continuar a desenvolver e a aprofundar. Para além do nome da rua, eu acho que o nosso António Feliciano devia ter um busto, pois é preciso marcar a presença física para o futuro, algo que é possível e acho que é muito importante.-----

----- A terminar só quero dizer que todos nós ficamos mais pobres, perdemos o homem António Feliciano, permanentemente aprendiz, mas permanentemente mestre. Gostava muito que esta Câmara e este Executivo, a exemplo do que tenho sugerido, tivesse permanentemente um projeto de preservar a memória viva. Perdemos mais uma biblioteca viva. Esteja onde estiver Mestre António Feliciano um abraço fraterno.”-

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Fez a seguinte intervenção:-----

----- “Comungo deste pesar e desta mágoa de perdermos António Feliciano Júnior, um professor, um colega, um mestre, um exemplo de vida. E de facto os exemplos de vida são tão poucos muitas vezes, que quando aparecem alguns deste timbre e desta natureza, devem ser devidamente preservados, e o António Feliciano teve uma vida em Rio Maior, que valeu a pena. Valeu a pena para todos os que tiveram o privilégio de o acompanhar, valeu a pena para quem aprendeu com ele e valeu a pena como exemplo para o futuro.-----

----- Agradeço à Senhora Vereadora Ana Figueiredo o trabalho notável que apresentou e esta recolha que trouxe aqui hoje, pois está lá tudo dito e eu subscrevo por inteiro tudo o que referiu e que leu. Também no domínio dos afetos, e peço ao António Feliciano que me desculpe, porque como aluno dele, recordo que na Escola Comercial, eu saltei algumas vezes a janela e ele pensava que eu estava lá nos trabalhos manuais a fazer a minha peça e eu já estava na rua há algumas horas, mas isso eram as coisas próprias da juventude e tenho a certeza que ele já me perdoou, porque efetivamente na altura, se ele não tivesse logo perdoado, o Diretor da Escola, Dr. Carlos Borges não estaria disponível para concordar com isso, mas de facto o que acontecia, é que quando chegava ao seu conhecimento, e sorte minha e de todos aqueles que como eu, também o faziam.-----

----- Era de facto um amigo dos alunos que sabia dar o conselho certo, que não abusava, que não exercia a sua autoridade para castigar e eu não conheço ninguém que tenha levado um estalo ou de António Feliciano Júnior. Concordo com tudo o que foi dito.”-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Fez a seguinte intervenção que se transcreve:-----

----- “Neste momento de pesar eu gostaria de dizer que subscrevo integralmente e na plenitude, as palavras que estão associadas ao Voto de Pesar e à discrição que também é apresentada pela Senhora Vereadora, e quero dizer, obrigado “Tó Fan”, obrigado António Feliciano Júnior por todo o trabalho e por toda a humanidade que deu e ofereceu a todos nós e à Comunidade Riomaioirense. É uma figura maior da Cultura e da Educação e do desenvolvimento das profissões em Rio Maior. -----

----- Vou também partilhar convosco um gosto enorme que tenho por áreas do conhecimento e do saber que o António Feliciano desenvolvia, como a fotografia e o cinema e tive o privilégio e o prazer de partilhar com ele alguns momentos de salvaguarda do património histórico Riomaioirense ao nível da fotografia e do cinema e

acompanhei-o diversas vezes à Cinemateca Portuguesa e à RTP, no sentido identificarmos, pesquisarmos e salvuardarmos as imagens da história de Rio Maior, e este aspeto, é um aspeto com uma dimensão política fundamental e fulcral, e digo isto porque no momento em que se discute a regionalização, a transferência de competências e a municipalização do ensino, eu penso que a figura do António Feliciano representa muito daquilo que pode ser o caminho do futuro naquilo que é a autonomia e os projetos inovadores que vão acontecendo algures pelo País e também em Rio Maior, em alguns estabelecimentos de ensino, com projetos de flexibilização de inovação curricular e penso que o município e os seus agentes educativos, nomeadamente as escolas, devem e têm obrigação de saber aproveitar pessoas como António Feliciano, as figuras maiores da nossa cultura para desenvolver conteúdos de interesse local e de salvaguarda da história do património concelhio.-----

----- Se me permitem, neste momento de pesar, queria também dizer que nós em Rio Maior, não temos sabido nos últimos anos, fazer isso, que é aproveitar, capitalizar, e potenciar o conhecimento destas “bibliotecas vivas” como o Vereador Augusto Figueiredo disse, no sentido de disseminar, transmitir e divulgar o nosso conhecimento local, a história e os saberes junto da nossa comunidade. Portanto, fica aqui um alerta, se a Senhora Presidente me permite, aproveitando este momento de pesar e de luto, sugiro que façamos no futuro, e o futuro é hoje, um trabalho de aprofundamento, de salvaguarda e de investigação desta história, destes saberes antigos que os Riomaioresse bons têm em Rio Maior e que, em boa verdade, a meu ver, esse trabalho não tem sido feito, e esta é uma dimensão política que eu considero fundamental para o nosso desenvolvimento local, o aprofundamento do conhecimento da história, do saber destas pessoas que marcaram tantos Riomaioresse, tantos alunos, tantas empresas e tantas instituições e percebemos que estas pessoas se associaram a tantos movimentos de dinâmica social, cívica e comunitária. Obrigado “Tó Fan”. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Sobre o professor António Feliciano acho que já muita coisa foi dita, mas muito fica por dizer, um Homem sempre disponível, mas muito cioso daquilo que era seu, lembrando a propósito as suas coleções sobre várias temas. Era um autodidata, pessoa sempre disponível para a sociedade, recordando as suas inúmeras exposições de filatelia, as informações contidas nos “bilhetes postais”, entre muitas outras atividades. Seguidamente recordou alguns episódios que envolviam o Professor Feliciano, nomeadamente o encontro de alunos da Escola Comercial e do Externato Luís de Camões, realizado nas antigas instalações da Casa do Povo, ressaltando a

sua capacidade organizativa, porque dava aulas nos dois estabelecimentos de ensino e mesmo assim conseguia preparar os alunos para se defrontarem, o que é de louvar.-

----- Referiu também que ainda recordava Feliciano Júnior com o seu pai na alfaiataria, sita junto da Praça do Comércio, assim como recordava o seu atelier situado junto edifício do cineteatro.-----

----- Salientou também a sua paixão pela fotografia e referiu a existência no Colégio Luís de Camões, em frente da escadaria principal, uma fotografia dos alunos do 2º ano com o Dr. Augusto Branco, sendo o fotógrafo o Professor Feliciano, mas os meninos portaram-se menos bem na altura da fotografia e como a máquina era ainda daquelas muito antigas, o que dificultava, ele ficou aborrecido com a situação e fez queixa ao Diretor, o que teve como consequência que alguns meninos fossem de “férias uns dias”. Recordou ainda outros episódios, entre eles uns festejos de Carnaval realizados em Rio Maior, em que os alunos participaram com um carro alegórico denominado “Apelo ao 10” porque na época a classificação escolar era de zero a vinte e quem fez as pinturas no carro foi o Professor António Feliciano que estava sempre disponível para colaborar com tudo e com todos. “Onde esteja, que esteja bem e por tudo aquilo que foi dito pelos vários colegas que intervieram, merece a nossa homenagem.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu concordar com tudo o que fora dito e recordou que estivera com o Professor António Feliciano no trigésimo nono Encontro Nacional de Colecionadores, evento organizado pela Junta de Freguesia de Rio Maior, já há muitos anos, em que a Câmara disponibiliza o antigo Pavilhão Gimnodesportivo e recordou que quando se despende diz sempre até para o ano, frisando que, infelizmente, no próximo ano o Professor António Feliciano, já não estará presente. Aditou que terá ser analisada a melhor forma de dar continuidade a este evento que acontece durante a Feira Nacional da Cebola, de forma a fazer perdurar na memória dos riomaiorenses todo o trabalho desenvolvido.-----

Disse ainda que, tem sempre a preocupação de solicitar a todos as pessoas com mais idade que encontra nos eventos públicos a que tem o privilégio de assistir, como comemorações do movimento associativo, por exemplo na Liga dos Combatentes, na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e também no âmbito dos contactos feitos com os herdeiros da antiga moagem “Maria Celeste”, que escrevam as suas memórias, pois posteriormente encontrar-se-á forma de tratar esse registo. Referiu que o seu pai também está a escrever histórias soltas e memórias pessoais e que no próximo mês de março já faz oitenta e sete anos.-----

----- Colocado a votação o Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade** dos presentes.-----

----- Seguiu-se um minuto de silêncio em sua homenagem.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 25/2016, referente à reunião ordinária de vinte e dois de dezembro. -----

----- Aprovada a ata nº 25/2016, por unanimidade dos presentes com direito na voto (7 votos a favor).-----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Setecentos e oitenta mil, quinhentos e noventa e três euros e seis cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e setenta e três mil, duzentos e setenta e um euros e trinta e quatro cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **CASA SENHORIAL – BALANÇO**-----

----- **RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2016 – CINETEATRO**-----

----- **MAPA ESTATÍSTICO DA SUBUNIDADE DE TRÂNSITO, TOPONIMIA E SINALÉTICA, ESTACIONAMENTOS E CEMITÉRIOS 2015/2016**-----

----- **CONTRATO DE COMODATO COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RIO MAIOR – ATUALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO MENSAL**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Começou por falar nas questões da precaridade e do levantamento que está a ser feita na Administração Pública local, regional e local, relativamente a esta matéria e questionou quantos trabalhadores precários estão agregados ao município de Rio Maior, quer na Câmara, quer nos Agrupamentos de Escolas e também na Desmor. Disse também que o levantamento já feito aponta para cerca de cem mil precários, apesar de haver números que apontam para que a precariedade tenha outra dimensão, uma vez que há muitas empresas de trabalho temporário que prestam serviços e onde os trabalhadores são sempre os mesmos e apenas vão rodando para obter o vínculo. Opinou tratar-se de um constrangimento ao desenvolvimento de qualquer cidade, concelho e do País, portanto deve haver um valor muito rigoroso para

que se possa analisar todos aqueles que trabalham há mais de dez anos naqueles locais, nomeadamente professores, auxiliares e até num outro tipo de trabalhos, esperando que possam ver consagrado o seu direito à estabilidade, evitando que emigrem e permitindo que possam ter filhos e não tenham que viver em casa dos pais até tão tarde.-----

----- Sobre o Plano Diretor Municipal questionou o ponto da situação deste processo.--

----- Também questionou o ponto da situação do Plano de Pormenor das Salinas e quando vai para discussão pública.-----

----- Referiu-se ainda ao abastecimento de água à Vila da Marmeleira da Marmeleira, porque quase sempre que encontra alguém daquela localidade lhe falam sobre a falta de pressão, questionando o que se passa concretamente quanto ao tempo de ligação das bombas injetores. Deu conhecimento da situação de um munícipe que gastou cerca de três mil e oitocentos euros e continua sem pressão de água na casa-de-banho, para tomar banho de água quente.-----

----- Perguntou se estava contemplado no plano de alcatroamentos da Câmara Municipal a requalificação da estrada que liga a Escusa a São João da Ribeira, passando pelos Casais do Laroujo e também a requalificação da estrada de ligação da localidade de Quintas a Boiças, dado que uma parte está alcatroada e outra não.-----

----- Por último referiu-se ao plano toponímico e referiu que continua a não ver contemplado no mesmo uma recomendação aprovada há cerca de quinze anos, na Assembleia Municipal, nomeadamente sobre José Saramago, prémio nobel da Literatura Portuguesa e um ribatejano de gema, Eugénio de Andrade e Álvaro Cunhal. Referiu que fizeram o levantamento e só falta Álvaro Cunhal Rio Maior e opinou que só ganhava com isso do ponto de vista democrático, pois já foram contemplados Adelino Amaro da Costa, Dr. Mário Soares, Dr. Francisco Sá Carneiro e provavelmente ainda não está o Freitas do Amaral, porque felizmente, ainda está vivo. Aditou que estava tentado a entregar um pedido de recomendação ou um voto para que isso fosse consagrado.-----

----- Perguntou também quando é que vai abrir o nó do IC 2 da Asseiceira e referiu uma conversa que tivera com o empreiteiro, pois enquanto aquele buraco não ficar tapado há que encontrar solução. Referiu ainda um acidente grave ocorrido no IC2 ao Km setenta, em que os meios de socorro tiveram de fazer mais seis Kms para cada lado e opinou que os governos devem olhar da mesma forma para Rio Maior como olham para outros concelhos. -----

----- Seguidamente congratulou-se com a notícia que vira na Comunicação Social sobre a requalificação da EN 114, sendo de louvar esta iniciativa por parte do Governo, mas recordou que o protocolo fora assumido há nove anos anos, e o

Governo de então tinha-se comprometido com a autarquia a resolver o problema, opinando que Rio Maior tem o direito de ter as melhores vias de acesso, tal como acontece com outros concelhos.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos. -----

-----Sobre a Casa Senhorial disse esperar que esse espaço público ao serviço da cultura em Rio Maior possa continuar a prosseguir o seu caminho de desenvolvimento e aprofundamento cultural, cada vez mais com uma perspetiva de inovação e criatividade, penso que aquele espaço está ao serviço da nossa comunidade e cuja equipa tem feito um belíssimo trabalho, no entanto podem ser dados alguns passos de aprofundamento ao nível da inovação e da criatividade relativamente à programação cultural deste espaço.-----

----- Relativamente ao Cineteatro e a propósito do balanço de atividades que é apresentado, gostaria de sugerir uma proposta de desenvolvimento e de uma nova utilização e, eventualmente, também uma proposta de obras, caso haja essa necessidade. Assim disse que, desde a sua inauguração, há cerca de dez anos que o Cineteatro deverá ter condições para funcionar de forma permanente, e aberto ao público é, pois é assim que acontece em todo o mundo e na maioria das cidades que têm desenvolvimento cultura. Frisou que um Cineteatro não pode ser apenas um espaço onde se vê cinema ou teatro e onde se assiste a ballet, mas deve ser um espaço de permanente utilização de convívio, de interação e, portanto, aquele espaço de restauração e bebidas que existe e que é muito bonito, do ponto de vista da sua arquitetura, deverá ser repensado e se for necessário fazer obras de adaptação que permita que haja um espaço de restauração e bebidas permanente, aberto ao público em geral e aproveitando assim a praça bem bonita ali existente, para que o espaço pudesse servir de fruição permanente ao nível cultural, de lazer, convívio e também de exposição da programação cultural Deixava a ideia para análise da sua viabilidade, quer em termos de desenvolvimento cultural, quer do ponto de vista das obras a fazer.-----

----- Ainda no uso da palavra reportou-se ao índice de transparência municipal que avalia um conjunto de dados que o município disponibiliza no seu website, considerando que Rio Maior não têm tido uma boa prestação a este nível, pois não tem ficado bem posicionado, o que não deve ser desvalorizado, o devendo sim ser melhorado e ser prestada mais e melhor informação, sendo que o website é uma mostra viva, considerando o impacto que a tecnologia tem, as redes sociais e o web-marketing e, portanto, deve ser melhorado ao nível da informação prestada ao munícipe, para que o município de Rio Maior possa estar pelo menos, nos dez

primeiros, dado tratar-se de um estudo que avalia a transparência da informação que é prestada e, portanto, temos que prosseguir também essa visão da transparência.

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que nem sempre são tidos em consideração os dados fornecidos pelas Câmaras Municipais, o que se passa também com outros municípios, e embora o reconheçam não voltam a publicar o complemento de informação.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Agradeceu as palavras da Senhora Presidente, a sua partilha de informação, salienta que a sua intervenção é no sentido de melhorar e fazer notar se sentem injustiçados e maltratados naquilo que é a realidade e opinou que deve ser tomada uma atitude, pois também considera que o website da Câmara devia estar mais aprofundado com mais informação e mais atualizada, sugerindo que reunissem para falar sobre o assunto e partilhar algumas ideias.-----

----- Continuou a intervenção abordando o plano de valorização das áreas empresariais, saudando a mesma e desejando que se concretize porque as decisões por vezes, são anunciadas, são ventilado e depois carecem de materialização de obra e de concretização, esperando que rapidamente se passe para a concretização da obra e que rapidamente a área de localização empresarial, o tecido empresarial e a economia riomaiorense possam ser valorizados com este investimento de âmbito nacional que o Governo anunciou. Desejou que Rio Maior possa, de uma vez por todas, concretizar aquele que é um objetivo estratégico ao nível da mobilidade, das acessibilidades e do apoio aos empresários e à economia do município.-----

----- Seguidamente questionou o ponto da situação relativamente à residência de estudantes para os alunos da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, nomeadamente, se o local já está identificado e quais os estudos realizados, dado o protocolo com o Instituto Politécnico de Santarém e com a Escola Superior de Desporto de Rio Maior, tendo em vista a integração e instalação da residência de estudantes provavelmente numa zona antiga da cidade, como foi anunciado e, portanto, gostaria de obter informação atualizada.-----

----- Questionou também a todos os colegas do executivo sobre o ensino articulado artístico em Rio Maior. A Câmara Municipal em boa hora decidiu investir nesta área de ensino especializado para a arte, congratulando-se com a decisão conjunta que foi tomada, com o investimento feito na turma e deixava o para que não se perca o investimento que foi iniciado, porque este é um caminho que difícil, um caminho novo e tudo o que é novo e carece de um acompanhamento permanente e de uma motivação e uma dinâmica permanente.-----

----- Continuando, e a propósito, questionou quem fizera o convite para os alunos, encarregados de educação e famílias desses alunos, para assistir ao concerto de Ano Novo que foi realizado no Cineteatro, referindo tratar-se de uma pergunta simbólica, opinando que estes investimentos só fazem sentido, se houver uma política integrada e articulada das diversos instituições, deixando o alerta porque se aproxima o final do ano letivo, sendo este o momento em que as escolas têm que repensar a sua oferta formativa para o próximo ano opinou que faz todo o sentido continuar esse investimento do ensino especializado, artístico. -----

----- Terminou a intervenção questionando se já fora resolvida a situação em Venda da Costa relativa aos acidentes rodoviários na estrada que liga Venda da Costa ao Alto da Serra, situação exposta na última reunião de Câmara, pois ficara preocupado com a situação e nesse mesmo dia deslocou-se ao local e falou com o município.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que o assunto já estava resolvido.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por questionar o ponto da situação relativamente às obras do IC2.-----

----- Questionou também se a ligação da cidade ao Nó Este da A15, tem condições para avançar e se há uma estratégia ao abrigo da valorização das áreas de localização empresarial e se assim for é ótimo e é a forma de concretizar, o acordo estabelecido entre a Câmara Municipal e a Administração Central, há muitos anos, e que ainda está por cumprir, cabendo à Câmara Municipal, de acordo com as hipóteses que a Administração Central der, poder aproveitá-las, porque é bom para Rio Maior. ---

----- Por último fez uma reflexão daquilo que tem sido anunciado ultimamente pelo Governo, relativamente à reforma administrativa e ao avançar de hipótese de delegação de competências, de mais competências e meios para os municípios e para as freguesias.-----

Congratulou-se que haja esta vontade e que se ponha cobro ao que tem sido os últimos anos, com a prática dos últimos governos, não este, dado que manifestou a intenção de mudar. Disse que tem sido uma prática de boicote, de estrangulamento, de espezinhar, de pressionar e de limitar, tudo o que é a estratégia do Poder Local democraticamente eleito, e nesse sentido espera que a reforma administrativa, que agora se anuncia, fosse feita de uma forma bem estruturada, participada e de uma forma que resolvesse para nos próximos anos a questão da gestão dos territórios e das populações. Referiu ser defensor de mais competências e meios para os municípios e para as freguesias, mais responsabilidades para as freguesias, mas considera que haver um escalão intermédio, as comunidades intermunicipais que estão entre os municípios e a administração central, e cujo processo também tem ser

revisto. Também as competências das Comissões de Coordenação, bem como a eleição de quem as representa, lembrando a propósito que o processo para licenciar uma área de localização empresarial se arrasta há mais de seis anos. Recordou que aquilo que era uma estratégia de negócio perfeitamente viável, no momento em que houve a iniciativa, passados todos estes anos surgiram dificuldades porque o processo de licenciamento se arrastou. Aditou verificarem-se uma série de poderes estranhos, não eleitos, não tutelados, e que porventura, privilegiaram algumas áreas de localização empresarial e estas avançassem e outras estagnaram, perdendo oportunidades estratégicas de desenvolvimento das populações e numa clara falta de respeito pelos investidores. Opinou que uma reforma administrativa deve avançar, mas que tenha consciência que há uma série de problemas a resolver. E aqui também uma reflexão muito profunda, porque estas coisas não podem ser separadas, nomeadamente, a revisão da legislação autárquica, dando o exemplo da redução de elementos do executivo, em municípios como o de Rio Maior, com cerca de vinte mil habitantes, devia acontecer para que fossem mais responsabilizados. Opinou que o papel de oposição num órgão executivo destes ou tem o papel destrutivo, na busca de se poder, o mais rapidamente possível, ou então tem um sentido construtivo e aí deixa de ser oposição. E para não ouvir o que o Vereador Daniel Pinto ouviu e para não se fazer de conta, deveria a Assembleia Municipal ter uma comissão de acompanhamento e mais poderes, dado que efetivamente quem ganha eleições, governa e não vale a pena fazer de conta. Portanto, que se aproveita a reforma administrativa também para pôr ordem nestas questões, tornando mais fácil e muito mais transparente.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Iniciou a intervenção referindo que no próximo dia 24 de fevereiro se realiza no período da manhã o já tradicional desfile de Carnaval Escolar. Este desfile contará com a presença de algumas das Escolas do Concelho e ainda com a presença dos Colégios Privados de Rio Maior. Culminará com um espetáculo no qual as escolas públicas e privadas terão oportunidade de mostrar o que de melhor se faz nos seus clubes de artes e contará também com a presença de uma dupla de palhaços que como nós sabemos, são sempre atuações do agrado da criançada.-----

No período da noite, e como não se está no Brasil, e o Carnaval se comemora em todo o mundo nas mesmas datas, mas o clima não é o mesmo, informou que tem de haver algumas adaptações e este ano, vai haver uma tenda no Jardim Municipal que também contará com o plano B para o desfile do Carnaval Escolar. Também à noite e em colaboração com os bares da nossa cidade, vai realizar-se um baile solidário a

favor dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior. Este Baile contará com a presença do Rui Saraiva, conhecido dos mais novos e que costuma abrilhantar muitos dos bailes com grande afluência da juventude. Toda a parte de bares será explorada pelos bares da cidade.-----

----- Informou ainda que no dia 25 ocorrerá o já tradicional desfile noturno, o qual contará com alguma inovação e terá a seu cargo a animação dos habituais grupos a pé e carros e ainda uma animação e espetáculo a cargo de uma conhecida dupla “Os p*ta da Loucura” que farão todo o espetáculo e a encenação “Spcarce”, juntamente com eles o ator Luís Lourenço, encenador, conhecido da juventude, participou em algumas das séries das temporadas dos “Morangos Com Açúcar” e das telenovelas portuguesas e ainda Joana Alvarenga, bastante conhecida do público, também ela atriz e modelo. Haverá ainda um grupo de Samba “Passerelle Sambista” para acompanhar os foliões Riomaioreses.-----

----- Continuou a intervenção afirmando concordar com a intervenção do Vereador Daniel Pinto relativamente ao Ensino Articulado, pois quando há inovação de algum movimento novo na comunidade, ele deve ter da parte de todos um carinho e um acompanhamento especial para que se consiga fixar e perpetuar. No decorrer destes dois anos tem havido reuniões com a Academia de Música de Alcobaça e também com a Escola Marinhas do Sal, havendo relatórios periódicos do ponto da situação das atividades do Ensino Articulado e Artístico. Informou também que vai haver em maio um espetáculo da turma do Ensino Articulado, no Cineteatro altura em que será dado conhecimento à população do que tem sido feito ao nível do Ensino Articulado em Rio Maior.-----

----- Sobre o convite informou que não fora dado conhecimento aos alunos e à Escola do Ensino Articulado a realização do Concerto de Ano Novo, dado que também faz parte das atribuições da Direção das Escolas fazer a ligação com o que se passa na comunidade local, tanto mais que, como é do conhecimento geral, os professores que lecionam as disciplinas específicas do ensino articulado não vivem em Rio Maior e deslocam-se só a Rio Maior para dar estas aulas tão específicas. Referiu que o Cineteatro e os diversos setores dos Serviços da Câmara Municipal dão conhecimento de todas as atividades que são desenvolvidas pelo Município. Registou com agrado a preocupação demonstrada e referiu a vontade do executivo de que o projeto não seja interrompido, estando na altura de começar a auscultar se há alunos interessados em continuar com as aulas no terceiro ciclo.-----

----- Quanto ao plano de toponímica lembrado pelo Vereador Augusto Figueiredo, disse tratar-se de algo muito pessoal e disse considerar-se suficientemente democrata e até liberal nalguns pontos, mas trata-se de uma recomendação feita há quinze anos

na Assembleia Municipal e uma recomendação é uma recomendação.-----

----- Disse reconhecer o peso de Eugénio de Andrade, José Saramago e também de Álvaro Cunhal, contudo “confesso perante vós, que é muito pessoal e não sei se será politicamente correto dizê-lo publicamente. Mas também quem me conhece sabe que sou ribatejana de gema, pelo que, digo-vos com franqueza que me confrange muito e que tenho alguns pruridos no que concerne a Álvaro Cunhal sendo certo que reconheço o todo o peso que teve na política nacional e na implantação do Partido Comunista em Portugal no período anterior ao “25 de Abril” e também o homem de luta que foi, contudo pode ser um defeito meu.” Referiu ainda que, caso o Vereador Augusto Figueiredo assim o entenda, poderá apresentar a proposta de um local e estavam abertos a ponderar essa situação. -----

----- Relembrou que também não deveria ser esquecido o arquiteto Ribeiro Teles, fundador do PPM, grande dinamizador e ativista do Movimento Monárquico Português e ainda pessoa de mérito internacional ao nível da arquitetura paisagística e grande impulsionador do movimento pós “25 de Abril” relativamente à necessidade de planificação urbanística das cidades. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Respondendo ao Vereador Augusto Figueiredo referiu que ficara satisfeito com a intervenção feita porque não apresentara a bandeira do desemprego, dado que a CDU é um partido de bandeiras, mas também entre a linha ideológica das bandeiras, há bandeiras que vão caindo e ainda há outras para cair.-----

----- Sobre a taxa de desemprego admitiu que pode haver pessoas que não estão inscritas, mas estão em Lisboa, no Porto, no Faro, no Algarve, e portanto se disser que há uma regra especial para Rio Maior está a fazer demagogia, considerando que as regras de cálculo desemprego em todo o país são iguais e, portanto, Rio Maior tem uma taxa de desemprego que é menos de metade da média nacional, e portanto é uma bandeira que o Senhor Vereador não poderá usar. Assim, a precaridade é uma outra bandeira, como surgirão outras, que a seu tempo também vão cair. -----

-----Seguidamente informou que não existe nenhum contrato a termo na Câmara Municipal, são zero. Mas se está a referir-se aos programas do IEF, existem alguns porque não era permitido a Câmara Municipal abrir procedimentos concursos e recordou que o Senhor Vereador votou conjuntamente com a maioria, a abertura de treze procedimentos concursais que estão a decorrer e aditou que do corrente ano se pretende avançar com mais procedimentos. -----

----- Frisou que Roma e Pavia não se fez num dia e uma situação que foi criada no passado e que se arrastou por vários anos não se pode resolver tão depressa quanto se gostaria, mas está a ser resolvida. -----

----- Informou que os contratos a termo têm um período limitado de tempo e não lhe conseguiria apontar ninguém que tenha saído das empresas municipais, porque acabou o contrato e não passou ao quadro. Mas se estiver a falar da Desmor e num determinado serviço adoecerem, por exemplo, quatro trabalhadores, a solução passa por contratar alguém com contrato a termo, ou então sacrificar os trabalhadores que lá estão, o que na sua opinião é desumano, daí existirem estas ferramentas para resolver este tipo de problemas. Disse que tem sido política do executivo combater a tal precaridade que o Senhor Vereador Augusto Figueiredo falou, e vão continuar a lutar para que a mesma termine. Informou que na presente data não existe nenhum contrato a termo na Câmara Municipal de Rio Maior.-----

----- Seguidamente falou no projeto que se iniciou como proposta apresentada pelo Conselho Municipal de Juventude, ou seja o Orçamento Participativo Jovem que teve o seu percurso durante o ano de 2016 para ser implementado em 2017, congratulando-se que o projeto vencedor, o ensino da língua chinesa, tenha início no próximo dia dezanove, com duas turmas, e que por escolha dos jovens, vai funcionar na Escola Secundária de Rio Maior. Aditou tratar-se de mais um projeto vencedor e que teve grande adesão, salientando a não tanto a aprendizagem da língua, mas aprendizagem da cultura chinesa, dado que para quem tem contacto com aquela nova realidade é importante saber determinados procedimentos e comportamentos que devem ser seguidos, até ao nível dos negócios, para no relacionamento também se tirar as algumas vantagens porque provavelmente, a comunicação não será tanto na língua chinesa, mas na língua inglesa, mas fica sempre ter conhecimento da língua, para o contacto diário com eles. Finalizou a intervenção congratulando-se pelo facto do jovem ter escolhido este projeto, pela sua implementação, pela adesão obtida e pela sua concretização.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Iniciou o período de respostas às questões levantadas, reportando-se à revisão do Plano Diretor Municipal e informou que a Reserva Agrícola bruta está aprovada e quanto à Reserva Ecológica Nacional, houve uma primeira versão, depois surgiram algumas dúvidas que foram respondidas em tempo oportuno, aguardando-se que, após a APPA se pronunciar sobre a mesma, que esta seja aprovada. Sobre a implantação dos perímetros urbanos no concelho, o processo está a ser desenvolvido internamente, mas está pendente da aprovação de Reserva Ecológica Nacional, referindo que durante o mês de março irá haver uma nova reunião da conferência geral. -----

----- Sobre o Plano de Pormenor das Salinas, realizou-se na passada terça-feira, uma reunião em que estiveram presentes os representantes dos gabinetes que estão a

desenvolver Plano e a fazer a Avaliação Ambiental Estratégica. Também já se realizou uma reunião com o Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, com a presença da Senhora Presidente, para definir pormenores importantes, esperando-se que, durante o mês de março vá para discussão pública. Estima-se que o Plano de Pormenor das Salinas deverá ser presente à Assembleia Municipal do mês de junho. -----

----- Sobre o IC 2 informou que houve um atraso na obra. Já refizeram a rotunda no Alto da Serra, diminuindo o seu diâmetro, ficando com uma parte galgável. Informou também que haverá condições para que o IC 2 possa ser aberto ao público na próxima semana. Vai manter duas vias, mas a estrada vai ser afastada do “buraco” lá existente.-----

----- Continuou a intervenção referindo que estão a decorrer em toda a cidade repavimentações de pavimentos e as massas que estão a ser utilizadas, são massas a frio, só para salvaguardar os transtornos e depois da obra concluída, será tudo repavimentado, incluindo passeios e valas, estas com massas a quente Frisou que a obra não está concluída.-----

----- Informou também que o Gabinete de Apoio da Senhora Presidente enviou um email para o Diretor da Infraestruturas de Portugal, delegação de Santarém, convidando-o para estar presente na próxima Assembleia Municipal e prestar esclarecimentos sobre o Nó do IC 2 e da requalificação do IC 2 e também irá esclarecer a questão do Nó de acesso a Vale de Óbidos. -----

----- Relativamente à estrada Laroujo/Escusa informou que está a decorrer o respetivo procedimento concursal para a mesma ser arranjada, assim como para outras estradas. Quanto à estrada Quintas/Boiças informou que a parte da responsabilidade da Câmara está feita. Referiu a existência de um compromisso da Junta de Freguesia de Rio Maior, acordado numa reunião com os Senhores Presidentes de Junta, de fazer a preparação da base e, posteriormente, a Câmara pavimentar.-----

----- Terminou a intervenção para dizer que a negociação dos terrenos da zona ribeirinha está numa fase adiantada e todo o processo tem sido acompanhado Vereador Lopes Candoso, tentando, em tempo útil, lançar o respetivo procedimento.---

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra e relativamente à humildade democrática da Vereadora do CDS, espera que ela tenha a mesma que ele próprio tem para com alguns nomes e que tem respeitado ao longo da sua vida, nomeadamente a pessoas do CDS com quem tivera a oportunidade de lidar e respeito-os, portanto, esperava da parte da senhora Vereadora e da sua humildade, e que pegue na placa do Álvaro Cunhal, como uma responsabilidade sua.-----

----- Sobre a precariedade, queria ir mais longe, ou seja, há responsabilidades que

todos juntos podem ajudar a resolver e trata-se de uma situação para ser resolvida, dado que há muita gente que trabalha continuamente, e não viram ainda resolvido o seu problema.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se ao Desporto e referiu que iria partilhar um momento feliz da sua vivência enquanto autarca, dando conhecimento que o Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo, acompanhado pelo Presidente da Associação Distrital de Atletismo lhe entregaram pessoalmente uma réplica da medalha da Inês Henriques, simbolizando todo o apoio dado pelo município de Rio Maior, ao atletismo em geral e à marcha em particular. A medalha tem gravado “Campeonato Nacional de Marcha em Estrada - 50 quilómetros - Inês Henriques, record do mundo, com quatro horas, oito minutos e vinte e seis segundos, quinze de janeiro de 2017”. Frisou tratar-se de algo que deixou o Executivo sensibilizado, pois foi reconhecido todo o trabalho que foi desenvolvido pela Câmara Municipal de Rio Maior.-----

----- Aditou que este reconhecimento ainda é mais relevante quando o Presidente do Clube de Natação de Rio Maior diz numa entrevista que a Câmara não tem estratégia para a área do desporto, bem como refere um conjunto de outras questões que não iria citar. Opinou e concordou com as palavras que o Vereador Lopes Cadoso proferiu na última reunião sobre esta entrevista, ou seja o Senhor confunde o facto de ser Presidente do Clube de Natação de Rio Maior com o facto de ser Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista, o que não deve acontecer. Salientou que, quando é referido que o Clube Natação de Rio Maior tem sido uma fábrica de atletas, reconhece e subscreve todo o trabalho que foi feito pelo Clube, pelos seus dirigentes, pelos atletas e pelas suas famílias ao longo dos anos, mas este reconhecimento é feito, à Câmara Municipal de Rio Maior. Portanto, quando somos reconhecidos superiormente e não somos localmente, algo está mal e existe alguma confusão no ar. Disse ainda que sempre acompanharam ao longo dos anos, todos os atletas nas várias provas, algo que não via o Presidente do Clube fazer, o que lamentava, mas não iria pronunciar-se sobre essa questão.-----

----- Sobre a questão da precariedade na função pública referiu que é um assunto que o Governo está empenhado em resolver, até ao final de dois mil e dezoito, considerando a entrevista dada pelo Ministro Vieira da Silva, onde este dizia tratar-se de um processo que não é de resolução fácil. Frisou que o trabalho do Executivo passa por aceitar estágios profissionais, quando solicitados, quer pelas escolas locais, ou por escolas de outros concelhos. Relevou, tal como já dissera o Vereador Lopes Cadoso, a abertura de procedimentos concursais para resolver um conjunto de

situações, o que não aconteceu anteriormente porque as Câmaras estiveram vedadas a admitir pessoal durante um período alargado, daí terem de recorrer ao Instituto de Emprego e Formação Profissional. Mas tomara nota da preocupação demonstrada pelo Vereador Augusto Figueiredo.-----

----- Ainda a este propósito recordou o plenário do Conselho Local de Ação Social, realizado na passada semana, com a presença do Senhor Diretor do Instituto de Emprego e Formação Profissional, onde este reconheceu o trabalho que é feito neste concelho, frisando em particular a articulação que existe entre todas as entidades que trabalham na promoção do emprego e no combate ao desemprego. Assim, solicitou para não se anteciparem problemas, nesta área, mas sim, que se encontrem soluções em articulação com todas as entidades que promovem o emprego. Disse ainda que numa população ativa de cerca de dez mil pessoas, se houver uma oscilação, por exemplo de dez pessoas que entretanto fiquem de desempregados, isso vai alterar a respetiva taxa. Informou que estes são dados de novembro do ano transato, em que a taxa de desemprego era de 4,8 por cento. -----

----- Referiu que compete ao Executivo criar as condições para aceitar estágios profissionais quando solicitados quer pelas escolas locais, quer por escolas de outros concelhos, estando sempre disponíveis e atentos a todas as situações.-----

----- Quanto à questão do índice da transparência, referiu que os dados publicados também foram objeto de descontentamento por parte de outros municípios da região, pois as Câmaras não se reveem nos mesmos porque não correspondem à realidade, daí terem reclamado, mas considerou que a respetiva correção já não tem o mesmo impacto da primeira publicação. Salientou que, se há algo que a preocupa, enquanto autarca e Presidente de Câmara é a questão da transferência e da seriedade dos dados publicados, dado que a gestão dos dinheiros públicos deve feita com total transparência, opinando que os autarcas, desta nova geração tem esta preocupação, quer através dos instrumentos de comunicação, quer no contacto diário com os munícipes, estando sem disponíveis para melhorar.-----

----- Terminou a intervenção reportando-se à requalificação do troço da EN 114 até à rotunda da A15 e deu uma explicação pormenorizada do processo que se arrasta há alguns anos, mas que começou a ser acompanhado por este Executivo em dois mil e dez, referindo também que o projeto inicial objeto de protocolo assinado em quatro de setembro de dois mil e nove, sofreu algumas alterações, também a nível do apoio financeiro.-----

----- Informou que na decisão governamental pesou o facto de se tratar de um troço de estrada de acesso à área de localização empresarial, tanto que, por parte dos Gabinetes do Ministro das Infraestruturas e respetiva Secretaria de Estado foram

solicitados dados sobre o número de empresas abrangidas por esta intervenção, a percentagem de exportações, o emprego em Rio Maior e sobre as áreas de negócio mais relevantes no concelho.-----

----- Informou que a obra é financiada pelo Orçamento de Estado em 85% e ficou acordado que a Câmara assumiria os restantes 15%, sendo responsabilidade da autarquia a negociação com os proprietários para o alargamento da via. Disse também que o passo seguinte é formalizar todo o processo para que assim o Executivo tenha toda a legitimidade para iniciar as negociações com os proprietários, fechar o projeto em definitivo, para qua a obra seja lançada quanto antes.-----

----- Sobre a questão do IC 2 disse que todos têm a noção de que a intervenção que estão a fazer é uma solução provisória, mas tem como finalidade que tudo volte à normalidade dentro do lugar de Asseiceira, tanto quanto possível. -----

----- Aditou que, tal como foi informado pelo Vice-Presidente foi convidado para estar presente na Assembleia Municipal a fim de esclarecer algumas situações, nomeadamente a questão do Nó de acesso a Vale de Óbidos.-----

----- Sobre a residência de estudantes informou que a primeira solução identificada não é viável, mas apresentará uma alternativa numa das próximas reuniões de Câmara, para se encontrar forma de a começar a resolver esta questão, ainda para o próximo ano letivo.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Informou a Senhora Presidente que estivera em Rio Maior o Deputado António Filipe e queria anunciar que vai dar entrada na Comissão de Educação da Assembleia da República, a proposta para construção prioritária de uma residência para estudantes da Escola Superior de Desporto, o que não invalida qualquer outro tipo de atividade.-----

---- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

---- Informou que enquanto Presidente de Câmara e sabendo que todos estão empenhados em encontrar soluções locais, manifestou estranheza que, na passagem por Rio Maior do Vice-Presidente da Assembleia da República e Deputado eleito pelo Distrito de Santarém pela CDU, e que veio tratar de assuntos do interesse do concelho, não tenha sido solicitado que a Presidente da Câmara o recebesse, como já fez com outros deputados do distrito, nomeadamente, do PS. Mas cada um está na política como quer, como sabe e como pode e como entende que deve estar.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Informou tratar-se de uma visita partidária e também como Deputado, mas quando assim não for terá todo o gosto que a Senhora Presidente os receba, mas isso não dera para acontecer nesta visita, seria posteriormente.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Continuou a intervenção propondo que a próxima reunião de Câmara se realize no dia vinte e quatro de fevereiro, pelas quinze horas, dado que durante a manhã decorre os festejos do Carnaval Escolar, proposta que foi aceite por unanimidade.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

---- Voltou a usar da palavra referindo-se ao Regimento e lamentou que se verifique constantemente a interrupção quando os Vereadores estão a intervir, que entram não só no incumprimento do Regimento mas também envolve regras básicas de respeito, porque se habituara desde sempre a que a Senhora Presidente fosse a última a usar da palavra, mas solicitar autorização para intervir para a felicitar por ter conseguido encontrar a forma de resolver o compromisso já existente de requalificação do troço de ligação da EN 114 ao Nó da A 15. Considerou que o Governo honrou o compromisso existente e salientou que desde sempre o PS tem manifestado disponibilidade total para, onde for necessário, e perante quem a Senhora Presidente entendesse, lutar por um objetivo prioritário para o concelho de Rio Maior, pelo que, mais uma vez, dava os parabéns à Senhora Presidente. Frisou que neste mandato para além da concretização deste grande objetivo, era também avançar com o processo das Águas, e espera que, no encerramento da sua vida autárquica neste mandato, que estas duas situações ficassem bem encaminhadas, pois trata-se de interesses prioritários do concelho. -----

----- Sobre os índices de transparência e sobre o que foi publicado manifestou total disponibilidade para numa posição conjunta da Câmara, dizerem que exigem ser tratados com justiça e com rigor.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- De novo no uso da palavra referiu relativamente ao processo das Águas que já esta disponibilizado na plataforma um outro concurso para se continuar com a intervenção que está a ser feita ao nível das perdas de água, sendo que a chamada caixa zero, será uma peça fundamental para controlar a entrada e a saída de água que vem do furo “Via Vai”, na cidade. Está também em fase de adjudicação um novo projeto, mais abrangente que irá contemplar a parte sul do concelho.-----

----- Relativamente à Casa da Cultura e Casa Senhorial referiu que têm estado em obras, os dois edifícios foram recuperados e projeta-se que, caso haja condições para isso, reabrir a Casa Senhorial com uma nova dinâmica, talvez nas comemorações do “25 de Abril”, assim como a Casa da Cultura.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Voltou a usar da palavra para se reportar à descentralização e de todo o trabalho que está ser desenvolvido, e informou que está responsabilizada ao nível do partido

que representa, de elaborar um trabalho para apresentar na discussão que vai ser feita entre o Governo e o maior partido da oposição, dado que a esquerda não é muito favorável a esta situação. Assim, informou que iria reunir com o Secretário de Estado da Administração Local, a convite do núcleo de estudantes de Administração Pública do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa a debater a “Reforma da Administração Local e o seu impacto na economia”. Disse que, caso se trate de uma regionalização encapotada, não o deveria ser. Mas esta descentralização que pretendem fazer para as comunidades Intermunicipais, para as Comissões de Coordenação e a forma como querem eleger os Presidentes das mesmas e para as Câmaras, referindo que o parecer enviado para o Conselho Geral da ANMP ainda não está muito claro o que se pretende nas várias áreas da descentralização, faltando os regulamentos e o respetivo pacote financeiro, situação na qual está empenhada e para a qual tem sido chamada a intervir, sendo a finalidade a melhor forma de aproximar os serviços públicos dos munícipes e também a melhor forma de rentabilizar os dinheiros públicos, partindo do princípio de que “faz melhor, quem está mais próximo”. Referiu estar totalmente de acordo com as áreas que já estão definidas, nomeadamente a Saúde, a Cultura, a Área Social e a Educação.-----

----- ORDEM DO DIA -----

----- PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

----- DESPACHO N.º 02/2017 DE 27 DE JANEIRO - CONCURSO PÚBLICO – OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO, POR MEIO DE LEASING, PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PESADO DE PASSAGEIROS, PARA TRANSPORTE COLETIVO DE CRIANÇAS -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º2/2017, exarado em 27 de janeiro, pela Senhora Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou a adjudicação da operação de financiamento em apreço ao Banco Santander Totta, S.A. pelo montante de € 237.103,46 € e ainda a aprovação da minuta de contrato nos termos propostos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Congratulou-se com a proposta apresentada e neste caso contemplava os transportes escolares e deveria tentar-se perceber porque só houve um banco interessado. Disse que este é o caminho e a autonomia nos transportes vai permitir

perceber melhor o que se tem perdido com o protocolo assinado com o Ministério da Educação, nesta área.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida, subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votámos favoravelmente esta proposta porque a Câmara não tem meios financeiros para fazer a aquisição e este foi o processo encontrado. Quanto às questões das opções referiu foram tratadas quando foi aqui votado avançar para este procedimento.” -----

----- **DESPACHO Nº 3/2017, DE 27 DE JANEIRO – AUTORIZAÇÃO PARA O CONSUMIDOR JOÃO MANUEL COSTA DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO RELATIVO AOS CONSUMOS DO MÊS DE NOVEMBRO/2016, DO VALOR TOTAL DE 175,46 €, EM QUATRO PRESTAÇÕES.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 03/2017, de 17 de Janeiro, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no qual foi autorizado o pagamento em 4 prestações mensais, relativo ao processamento do mês de Novembro/2016, do valor total de 175,46 €, em nome de João Manuel Costa Dias.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **DESPACHO Nº 4/2017, DE 03 DE FEVEREIRO – AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 4/2017 exarado pela Presidente da Câmara a 03 de fevereiro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, pelo qual se determinou autorizar que os fundos disponíveis para o mês de Fevereiro sejam acrescidos dos seguintes montantes: - € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), referente ao valor a receber do Imposto Municipal sobre Imóveis no mês de Agosto de 2017; € 700.000,00 (setecentos mil euros), referente ao valor a receber do Imposto Municipal sobre Imóveis no mês de Dezembro de 2017.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que este era o sinal da antecipação e de que vai ser um ano cheio, considerando isso uma estratégia, sendo no fundo o disponibilizar meios para fazer obra, e nessa perspetiva vota a favor, para que não digam que a CDU não quis que se

fizesse as obras, mas espera que elas sejam feitas. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu não se tratar de uma estratégia, mas de um ato administrativo e financeiro para não se ficar impossibilitado de aceder às verbas, dado que ainda se aguarda valores do QREN .-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO II – ANULAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL, EM NOME DE HENRIQUE JOSÉ MOREIRA GALVÃO DE MELO – PROCESSAMENTO DE SETEMBRO/2016**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida proceder à anulação do processo de execução fiscal, referente aos consumos do mês de Setembro/2016, do consumidor Henrique José Moreira Galvão de Melo, não havendo lugar ao pagamento de quaisquer juros ou custas.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

-----Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO III – CONCURSO PÚBLICO Nº1/2017/CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICA DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO – AQUISIÇÃO DE COMUNICAÇÕES DE VOZ E DADOS FIXAS E MÓVEIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é nos termos da proposta e informação emitidas:- Autorizar a abertura de procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no JOUE, com vista à celebração de acordo quadro para a Aquisição de Comunicações de Voz e Dados Fixas e Móveis, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e na al. dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;- Autorizar a abertura de procedimento, estabelecendo como preços unitários máximos os previstos no anexo II à informação acima identificada, valores aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor;- Autorizar que o Município apresente junto da CIMLT o respetivo pedido de contratação; - Autorizar que o Município delegue no Conselho Intermunicipal da CIMLT e no seu Presidente as competências indicadas na informação supracitada, nos termos mencionados e ainda aprovar as peças de procedimento apresentadas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “ Em conformidade com a coerência que temos demonstrado votamos contra porque achamos que este tipo de procedimentos a delegar as competências da Câmara na CIMLT é impedir que o comércio local do nosso País possa responder mesmo nestes casos muito concretos, permitindo apenas que os grandes empórios possam ter acesso a estes concursos”-----

----- **PONTO IV - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO - SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS MUNICIPAIS – ALTERAÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é propor à Assembleia Municipal, que autorize a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, através do qual delega nesta entidade intermunicipal as competências atribuídas à Câmara Municipal relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros, conforme minuta em anexo à presente . -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Relativamente a este assunto questionou que a alteração prendia-se com os meios de financiamento e referiu que votara favoravelmente a proposta, e considerou bom ter escala a nível das comunidades para resolver este tipo de situações, no entanto também é preciso saber o que o município de Rio Maior quer em termos de mobilidade. Quais são os requisitos mínimos que se pretende ver satisfeitos, havendo uma série de questões que agora com este modelo de financiamento, lhe levantava algumas questões. Referiu que se tem escala mas pretende-se que os outros façam o que “nós não conseguimos”, daí pretender-se a escala, e o que realmente querem saber é, pois esta alteração deve-se ao facto dos interesses dos agentes económicos envolvidos na operação, não estarem devidamente defendidos no modelo anterior. Indicou o sentido de voto como abstenção, mas entendia que a questão tem de ser resolvida no âmbito da Comunidade Intermunicipal, pois não é a nível local que a situação se resolve, mas porque queria maior clareza no modelo, com contratos objetivos.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- No uso da palavra esclareceu que estavam a delegar na Comunidade Intermunicipal onde o município de Rio Maior é um dos onze que compõe a citada comunidade e a questão da salvaguarda dos interesses do concelho de Rio Maior não

se aplica porque os mesmos serão sempre salvaguardados por quem representa os seus municípios. Frisou que o que está em discussão é gestão do serviço público de transporte de passageiros. Disse que entendia o que o Vereador Carlos Nazaré afirmara.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO**-----

----- Disse que a CDU vai votar contra por questões ideológicas e leu um parágrafo da decisão tomada sobre esta matéria, nomeadamente “Perante o documento que me é presente a posição da CDU é, com exceção para os municípios que há hoje que gerem transportes de âmbito municipal, quer os municípios quer as Comunidades Intermunicipais não devem constituir-se como autoridades de transporte, deixando essa competência no IMTT.” Disse ainda que mesmo que, no essencial isso não altere a proposta, entende que o processo deve ser acompanhado por uma clarificação de orientação a que está sujeita e não se pode falar de mobilidade desta forma, havendo necessidade de exigir uma clarificação, nomeadamente sobre as responsabilidades financeiras dos diferentes níveis administrativos da Administração Central e Local. Referiu a Câmara Municipal do Seixal que tem a gestão de toda esta área e ainda a proposta para gerir a área metropolitana. Referiu que, caso o processo avance, serão os municípios e os utentes que vão ter que pagar tudo e não a Administração Central.-

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que o Gabinete de apoio da CDU tem uma posição para as Autarquias que estão no poder e uma posição diferente para as que estão na oposição.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO**-----

----- De novo no uso da palavra e com todo o respeito que tinha para com a Senhora Presidente, referiu que a CDU discute coletivamente e a responsabilidade da decisão compete a cada autarca que assume no seu plano político, partidário e concelhio as posições que toma. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com duas abstenções dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida e Daniel Alexandre Pulquério Pinto e um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida, subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Abstivemo-nos não por não perceber a necessidade da contratação se efetuar a nível da Comunidade Intermunicipal pela escala, mas porque há muita situação a aclarar essencialmente pela parte do Governo no que diz respeito ao contrato que deve ser feito com cada um dos municípios que defenda, de forma inequívoca o interesse das populações. ”-----

----- **A Presidente da Câmara ausentou-se da Sala de Reuniões.**-----

----- PONTO V - CONTA FINAL DA EMPREITADA – EXECUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO DOMÉSTICO NO CONCELHO - EXECUÇÃO DE REDE DE ESGOTOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR (PROJETO 243 2014/80) – PROCESSO 87/2014/CP -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é nos termos e fundamentos constantes da informação emitida aprovar a conta final da empreitada. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- PONTO VI – RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO – NÚCLEO LOCAL DE INSERÇÃO – REPRESENTANTE DA AUTARQUIA -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é nos termos da informação emitida, designar para representante do município na composição do Núcleo Local de Inserção, a Técnica Superior, Andreia Filipa Rosa Martins, a exercer funções no Serviço de Ação Social.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- PONTO VII – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL – PROCESSO Nº 120/2010/DCC - PROCESSO DE LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 190/2012 DE 22 DE AGOSTO -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação parcial da caução (90%), prestada pela empresa "SECAL – Engenharia e Construções, S.A", no âmbito do contrato de empreitada identificada em assunto, nos termos da informação emitida e respetivos despachos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- PONTO VIII - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO POLIVALENTE COM FUNÇÕES CÍVICAS, LÚDICAS E SOCIAIS – PROCESSO Nº 132/2010/DCC - PROCESSO DE LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 190/2012 DE 22 DE AGOSTO -----

O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação parcial da caução (90%), prestada pela empresa "SECAL – Engenharia e Construções, S.A", no âmbito do contrato de empreitada identificada em assunto, nos termos da presente informação e respetivos

despachos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IX - EMPREITADA DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ESTÁGIOS DE RIO MAIOR – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE NATAÇÃO – PROCESSO Nº 63/2011/UCCP - PROCESSO DE LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 190/2012 DE 22 DE AGOSTO**-----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação parcial da caução (75%), prestada pela empresa "SECAL – Engenharia e Construções, S.A", no âmbito do contrato de empreitada identificada em assunto, nos termos da presente informação e respetivos despachos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO X - PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO NO ÂMBITO DO ACORDO QUADRO CELEBRADO NA SEQUÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 04/2016/CCE – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, autorizar a abertura de procedimento de ajuste direto, nos termos do artigo 258º conjugado com a alínea h) do nº.1 do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos, na sequência da celebração do Acordo Quadro, bem como, a respetiva despesa no valor de 9.550,00€, acrescido de IVA à taxa normal; aprovar o convite do procedimento nos termos do n.º 2 do art. 40º do Código dos Contratos Públicos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**-----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XI – CONTRATO Nº 8/2015/P, DE 03/07/2015 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES – CIRCUITOS ESPECIAIS ESCOLARES - ANO LETIVO 2015/2016 – LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação da garantia bancária prestada pela empresa "Rodoviária do Tejo, S.A.", no âmbito do contrato identificado em assunto, nos termos da informação emitida e respetivos despachos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XII – CONTRATO Nº 23/2015/P, DE 13/10/2015 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES — ANO LETIVO 2015/2016 – LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a libertação da garantia bancária prestada pela empresa "Rodoviária do Tejo, S.A.", no âmbito do contrato identificado em assunto, nos termos da informação emitida e respetivos despachos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XIII – CRIAÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE E CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÓNIMA DO MESMO – ALTERAÇÃO DO ACORDO PARASSOCIAL DA ADTA – ÁGUAS DO VALE DO TEJO, S.A.**-----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é propor à Assembleia Municipal a aprovação da nova versão do Acordo Parassocial da AdTA – Águas do Vale do Tejo, S.A. a celebrar entre todos os acionistas, na sequência dos contributos recebidos dos Municípios. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Quanto a esta matéria e porque defendem um modelo idêntico ao da empresas Águas do Ribatejo e porque têm muitas dúvidas relativamente ao processo em causa, iriam votar contra.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Quanto a este assunto e em relação ao que era a estratégia dos anteriores governos, verifica-se uma evolução positiva porque quando se previa que o único modelo que daria sustentabilidade ao sistema, seria a privatização deste negócio, agora verifica-se que os interesses dos municípios podem ser melhor defendidos se os municípios tiverem maioria, princípio com o qual concordava. No entanto considerava que ainda não estava devidamente clarificado que este sistema fosse de facto o melhor e ainda não tinha uma base sólida para analisar, com todas as componentes, e recordou a propósito o que se passara com as Águas do Oeste, que por imposição legal, ou seja por Decreto-Lei ficou tudo a pertencer ao sistema e que posteriormente se resolveria, e efetivamente resolveu-se, mas mal.-----

-----Terminou a intervenção referindo que ainda assim não tinha garantias que este fosse o melhor negócio para o município e nesse sentido iria tomar uma posição de abstenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com duas abstenções dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida e Daniel Alexandre Pulquério Pinto e um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida, subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Ainda que este modelo seja o modelo indicado a seguir, não vejo no presente articulado garantias completas da defesa dos interesses dos munícipes e de Rio Maior.”-----

----- **A Presidente da Câmara voltou à sala de reuniões.**-----

----- **PONTO XIV - VISITAS DE ESTUDO PARA ANO LETIVO 2016/2017, 2º. E 3º. PERÍODOS-**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a realização de despesa no valor 5.865,00€ (cinco mil oitocentos e sessenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para a realização de Visitas de Estudo no 2º e 3º períodos do ano letivo 2016/2017; Autorizar a abertura do procedimento e aprovar o respetivo caderno de encargos; Autorizar que o júri do procedimento seja composto pelos seguintes elementos: Presidente: Dr.ª Lurdes Violante, Vogais: Ana Piedade e Dr.º Henrique Granada, Suplentes: Sandra Cerveira e Ana Carreira.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que havia outras soluções para realização destas visitas de estudo, contudo não querem que os alunos não façam visitas de estudo, como tal iria abster-se.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- **PONTO XV – ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR – ANO LETIVO 2016/2017----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é apoiar os alunos na atribuição de suplemento alimentar (lanches), conforme indicado pelos Agrupamentos de Escolas e de acordo com o parecer emitido pelos serviços de Ação Social do Município. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que iria votar a favor, sendo que elogia sempre a atitude do Executivo no que respeita a este aspeto em particular, apesar de revelar uma situação de

fragilidade em que muitos dos alunos ainda vivem.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XVI – PEDIDO DE VISTORIA PARA RECEÇÃO DEFINITIVA EM NOME DE NASCENTE – PROJECTOS E OBRAS PÚBLICAS, S.A. – PROCESSO Nº 1/2009** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é face ao auto de vistoria e parecer emitidos, receber definitivamente as obras de urbanização e proceder à libertação do remanescente da caução no valor de cinquenta e nove mil quinhentos e oitenta e cinco euros e noventa e dois cêntimos (59.585,92€), correspondente à garantia bancária n.º N/Nº D.19196.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XVII - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE POLIRÚSTICOS-EXTRAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE PEDRA, LDª – PROCESSO Nº 7/2017** ----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é concordar com os fundamentos constantes na informação e parecer emitidos, reconhecendo o interesse público municipal dado tratar-se de uma atividade industrial que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região, e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Começou por dizer tratar-se de um assunto da maior importância e que pode colocar em causa o funcionamento ou não, de uma empresa, localizada numa área muito sensível do município relativamente a um setor que é estratégico para Portugal e também para Rio Maior e que representa boa parte da dimensão económica de uma freguesia que é importante para todos, e que representa também uma boa parte do espaço identitário e da imagem, enquanto espaço de turismo de natureza e área protegida. Aditou que analisando a informação apresentada estavam perante um dilema dado que, perante o pedido de regularização por parte da empresa, através do reconhecimento de interesse público municipal, surgia a dúvida se isto não seria premiar o infrator, na medida em que a empresa que tem quatro postos de trabalho e poderá vir a ter dez, e que num curto espaço de tempo, desde dois mil e catorze, até agora, expandiu-se, com o que se congratulava, pois estavam sempre a favor de uma maior faturação, e a criação de um maior número de postos de trabalho, mas também

querem que haja o cumprimento de regras e da legalidade e os documentos apresentados não o evidenciam, pois houve uma infração e as empresas e os investidores expandiram o negócio sem cumprir com os Planos de Ordenamento do Território e com as licenças que tinham que solicitar, passando de seis para trinta mil metros de ocupação, daí que não fica claro que há uma atuação do interesse público e de garantir que haja uma igualdade de tratamento entre todos os agentes económicos do concelho. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO**-----

----- Quanto a este assunto lamentou que continuassem a aparecer pedidos destes, mas que surgem de acordo com a Lei, o que é uma agravante, pois não queria que lhe viessem pedir indemnização por ter impedido o avanço do processo para a empresa poder legalizar. Referiu que já consideraram de interesse municipal uma empresa com um posto de trabalho, e pensa que ainda vão surgir mais casos na tentativa de regularização, salientando que estava a abrir um precedente para que se faça bem, dado que a Câmara está a permitir que passem para o patamar seguinte, pois se assim não for, isso não acontecerá. Mas não é a Câmara que decide se ela vai continuar com a exploração. Referiu que há antecedentes gravíssimos, como a ausência de PDM adequado, a intervenção do Parque Natural, a ausência de fiscalização, que evitaria que estas situações acontecessem. Frisou que estes pedidos surgiam dado a Lei permitir esta abertura para regularizar estas empresas, para que, pelo menos os postos de trabalho que forem viáveis, se mantenham. Informou que iria votar favoravelmente como sempre fez.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA**-----

----- Referiu que têm sido muito tolerantes nestas situações que vêm do passado, soluções que não foram encontradas no âmbito do PDM, também interesses económicos instalados e também a dificuldade que a Administração Central tem tido em todos os processos de revisão do PDM, considerando os postos de trabalho, e os recursos existem naquele local e não podem ser explorados em local diferente. Contudo questionou, em dois mil e catorze, esta empresa obtém o licenciamento provisório de seis mil metros quadrados e ano e meio depois já diz que são trinta e três mil e já avançou porque precisou desse material todo ou porque houve autos contraordenacionais e precisa desta Declaração de Interesse Público, não pelos postos de trabalho, mas para se defender, ou seja podem levantar-se aqui muitas questões, nomeadamente qual a razão não solicitou toda a área de uma única vez.-----

----- Considerou que também competia à Câmara haver um trabalho pedagógico e a Administração Central está a usar as autarquias para protelar as situações, porque depois também não resolve os problemas às pessoas, questionando se todas as

declarações de interesse público dando o exemplo da empresa Costa & Ferreira, se já tinham os problemas resolvidos da instalação frisando que neste caso concreto são muitos postos de trabalho, assim como a empresa Parapedra. Disse ainda que, caso o PDM fosse eficaz muitas destas situações não se colocariam. Também, sendo uma área de intervenção do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, que tem um Plano especial, questionando qual a razão de, na altura da sua elaboração, não terem considerado todas as empresa, porque esta não está contemplada no mesmo.-----

----- Finalizou a intervenção frisando que não iria inviabilizar a situação e indicou o sentido de voto como abstenção.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO**-----

----- Sobre este processo referiu que o problema das pedreiras é a sua localização em áreas sensíveis e não haver coragem política, em termos governamentais, para legislar adequadamente sobre as pedreiras, permitindo que possam trabalhar com determinadas condições, nomeadamente o Parque Natural reservar uma área para que as mesmas possam laborar, assim na falta de legislação adequada, surgem estes problemas. Também referiu que as zonas que estão a ser exploradas, mais tarde serão devolvidas à natureza, recordando um ex-Presidente da Ordem dos Engenheiros “a melhor recuperação de uma pedreira é a recuperação natural”, só que a recuperação geológica leva milhares de anos e isso não se compadece com a ordem temporal da vida, daí fazerem-se os planos de recuperação-----

----- Salientou também que, segundo dados do INE, as grandes áreas de exportação foi o agroalimentar e também as massas geológicas, as quais têm grande importância económica para Rio Maior. Assim, esclareceu que neste caso concreto a Câmara não tem competências para licenciar, apenas se verifica que a empresa nos termos da legislação em vigor decidiu avançar para o pedido de legalização no Ministério da Economia que é a entidade que licencia e no avançar do processo necessitam de ter, por parte da Câmara, a declaração que solicitaram e que está em discussão.-----

----- Sobre as coimas a legislação referente exatamente quais são e sobre a fiscalização informou que a mesma é repartida entre o Ministério da Economia e o Ministério do Ambiente, sendo que também nesta situação a Câmara não tem competência para o efeito. Terminou referindo que a competência da Câmara é no âmbito do licenciamento da obra de construção civil e este é apenas mais um passo para o processo de licenciamento.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Começou por concordar com a informação dada pelo Vereador Lopes Candoso e recordou a propósito a constituição da “Simagra” uma associação que tinha por fim elaborar um plano global de recuperação e exploração das pedreiras que iria absorver

parte do concelho de Rio Maior, Porto de Mós, Alcobaça entre outros municípios. Trata-se de um processo muito complexo e deu conhecimento de que alguns proprietários das pedreiras para ultrapassarem os problemas do impacto ambiental e outros, fazem a exploração em galeria, em vez de o fazerem a céu aberto, evitando a questão dos detritos que ficavam e da vegetação. Informou que quem desenvolveu este processo foram os empresários chineses, frisando ainda que uma pedra tem um grande valor económico.-----

----- Salientou que a competência da fiscalização não é da Câmara Municipal, mas do Parque Natural das Serras e Aire e Candeeiros e dos Ministérios do Ambiente e Economia. Sobre os Planos Diretores Municipais referiu duvidar que os mesmos a nível nacional, alguma vez seja revistos, porque foi dito recentemente pelo Ministro do Ambiente que estava a pensar seriamente em rever novamente a Reserva Ecológica Nacional, que terá de o ser, mas não se entende a razão dos trezentos e oito municípios andarem a tratar de todo o processo, havendo agora a possibilidade de surgir uma nova REN e todo o trabalho anterior não ser contemplado. Referiu que deve ser dados aos empresários que ainda têm capacidade para investir, este conforto e dar-lhe a hipótese de continuarem a laborar.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Finalizou esta matéria salientando que face à legislação em vigor a Câmara vai propor à Assembleia Municipal que é o Órgão competente para fazer este reconhecimento do Interesse Público Municipal, não havendo qualquer margem para não o fazer.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com duas abstenções dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida e Daniel Alexandre Pulquério Pinto.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “ Nós votamos a favor na expectativa de que, este caso, a exemplo dos outros, não possa impedir que seja regularizada a situação da própria pedra, contudo isto evidencia um mau funcionamento de tudo aquilo que tem a ver com licenciamentos de pedreiras e aplicação e fiscalização em todo o território nacional. Convém dizer que para isso também não funciona aquilo que ao município de Rio Maior mais grave é, ou seja não é compensado monetariamente pela extração do seu produto, isto é, a Lei dos inertes não foi, nem está a ser, eficiente e não se admirem que em breve voltemos ao Geoparque e à política através da CDU.”-----

----- Seguidamente solicitou para que ficasse em ata que a CDU vai fazer a entrega de três propostas para o topónimo de Álvaro Cunhal, no concelho de Rio Maior.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Deu de seguida a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Câmara Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e cinquenta e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____